



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS CONTEMPORÂNEAS E SEUS REBATIMENTOS NA REALIDADE BRASILEIRA

FRANCISCO ALYSON DE LIMA SILVA ¹
IARA MAYSÁ GONÇALVES DE BRITO ¹
JOSÉ LEANDRO ALVES FERREIRA ¹
JOUSIELE FERREIRA SIMPLÍCIO DE OLIVEIRA ¹
ADRIANA TEOTÔNIO BORGES ²

RESUMO

Este artigo busca compreender a existência da vinculação entre o Serviço Social e a “questão social”, tal fato não ocorreu por coincidência, e sim, como resultado de uma relação histórica. Ao abordar a formação social brasileira, a “questão social” ganha materialidade dentro do processo capitalista de produção, lançando as bases para o surgimento da profissão no contexto de expansão do capitalismo monopolista. Durante a pandemia, a crise do capital ampliou as desigualdades estruturantes da sociedade brasileira, e nesse cenário o trabalho profissional sofreu com suas inflexões.

Palavras-chave: Questão Social; Serviço Social; Crise do Capital; Pandemia;

ABSTRACT

This article seeks to understand the existence of the link between Social Work and the "social question", this fact

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Da Paraíba

2 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Da Paraíba

did not occur by coincidence, but as a result of a historical relationship. When approaching the Brazilian social formation, the “social question” gains materiality within the capitalist production process, laying the foundations for the emergence of the profession in the context of expansion of monopoly capitalism. During the pandemic, the capital crisis amplified the structuring inequalities of Brazilian society, and in this scenario professional work suffered from its inflections.

Keywords: Social issues; Social service; Capital Crisis; Pandemic;

1. INTRODUÇÃO

Ao buscarmos entender como se processa a relação entre Serviço Social e Questão Social, trazemos a partir de Santos (2012, p. 26) que “a gênese da “questão social” é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital”. Considerando a perspectiva da particularidade da formação social brasileira, o qual se encontra inserido numa economia dependente e periférica. Nesse contexto de expansão do capitalismo, localizamos no estágio monopolista a emergência do Serviço Social enquanto profissão, visando atender tanto as demandas do capital como do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.81).

Desde os anos 1970 é possível acompanhar a crise que assola todo o globo, que segundo Mészáros (2011) trata-se de uma crise histórica sem precedentes, e que não é apenas uma crise cíclica do capitalismo, mais ou menos extensa, como outras já vivenciadas, se tratando assim de uma crise estrutural profunda do próprio sistema do capital. Segundo Chesnais (2003) essa crise “só pode ser compreendida levando em conta as crescentes dificuldades de valorização do capital investido na produção”.

Acompanha esse contexto o que de acordo com Mota (2019, p. 148) trata-se da “passivização das classes subalternas através da ofensiva das classes dominantes que atualizam as bases do seu domínio, erigindo novas formas de obtenção do consenso necessário à reestruturação da sua hegemonia”. No atual contexto histórico marcado pela pandemia do novo coronavírus, onde o sofrimento, a banalização da vida, a destruição de direitos, do trabalho, bem como o ensino

remoto precário, e os constantes ataques à universidade, a produção de conhecimento, e a democracia atravessam nosso cotidiano, e nos impelem a resistir.

Durante a pandemia, a crise do capital ampliou as desigualdades estruturantes da sociedade brasileira, acirrando as expressões da “questão social” e nesse cenário, o trabalho profissional sofreu com suas inflexões. Não obstante, precarizou-se ainda mais as condições de trabalho na qual se encontram inseridos os profissionais do Serviço Social. Como bem aponta Behring e Boschetti (2006), o cenário geral neoliberal na particularidade brasileira é de restrição e redução de direitos, justificados pela crise fiscal, transformando as políticas sociais em ações pontuais, altamente fragmentadas e focalizadas.

Desta forma, buscamos realizar uma revisão de literatura que trate de como encontra-se relacionado o Serviço Social e a “questão social” bem como os reflexos da crise estrutural do capital e os rebatimentos na realidade brasileira. Sendo assim, este estudo busca contribuir para a construção do conhecimento a partir da perspectiva marxiana que requer aproximações sucessivas ao objeto, e que busca dessa forma, apreender a realidade concreta em sua complexidade, indo da aparência à essência do fenômeno pesquisado.

Nesse caminho, o presente artigo, está estruturado em três partes, além desta breve introdução e de uma sintética conclusão, seguida das referências bibliográficas utilizadas. A primeira parte do artigo trata da compreensão da vinculação do Serviço Social e a “questão social” abordando elementos basilares, a segunda parte versará sobre o contexto de crise estrutural, e as transformações societárias decorrentes dela e a terceira e última parte, traz apontamentos acerca das inflexões e compreensão do Serviço Social e a Questão Social, bem como seus rebatimentos na realidade brasileira.

2. A QUESTÃO SOCIAL COMO BASE DE FUNDAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA PROFISSÃO

Para compreendermos a concepção e gênese da “questão social” nos apoiamos na teoria social de Marx, buscando autores que enveredam por ela, sendo assim “[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento

da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO, 2014, p. 84). Marx (2013, p. 835) ao apresentar a “lei geral de acumulação capitalista” apresenta os elementos que demonstram “a influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora”. Correlato a isto compreendemos que,

[...] a gênese da “questão social” é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital. Esse processo remete à incorporação permanente de inovações tecnológicas pelos capitalistas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias [...] (SANTOS, 2012, p. 26).

Numa tentativa de localização histórica dessa gênese da “questão social”, por volta de 1830 demarcam-se alguns fenômenos constitutivos como o pauperismo e as lutas de classe, ou seja, o confronto entre burguesia e proletariado. Marx (2013, p. 961) afirma que “a relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho”, deste modo podemos nos remeter ao processo de expropriação que transformou produtores em trabalhadores assalariados “vendedores de si mesmos”.

De acordo com Santos (2012, p.39) “as primeiras formas de oposição organizada dos trabalhadores à exploração capitalista se deram bem antes de 1830, [...] sempre duramente reprimidas” tal oposição não conseguia ter forças para derrubada do sistema social vigente. A crise de 1870 se estendeu por longo período, e em 1930 o capital vivencia uma nova fase de expansão a qual conhecemos como Capitalismo Monopolista e que Lênin (2010, p.123) o localiza na história como “imperialismo”, de modo que a sua “essência econômica” os coloca como sinônimos. Deste modo, “[...] isto determina o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada [...]”. Nesse cenário os bancos passam a operar e controlar em todo o mundo setores de inteligência das empresas, como também manipulam os capitais especulativos e buscam o endividamento das economias nacionais, que ficam reféns de uma política externa que dispõe de

influências econômicas e políticas, como aponta Silva *et al* (2020, p.704-705) “a exportação de capitais e a dívida pública determinantes centrais do fenômeno mais importante da economia do capitalismo moderno, o imperialismo, e da sua contraface dialética, que é a dependência”.

Carcanholo (2008, p. 252) aponta que “costuma-se entender como economia periférica aquele país, ou região, que apresenta, em geral, instáveis trajetórias de crescimento, [...] fragilidade financeira [...] vulnerabilidade externa [...]”. Podendo assim elencar que significa, portanto, um atraso em comparação a economia mundial. Na busca de compreendermos a problemática da dependência, podemos tomar como base o que aponta Ianni

Existe dependência estrutural sempre que as estruturas econômicas e políticas de um país estão determinadas pelas relações de tipo imperialista. Isto significa que instituições econômicas, políticas, militares, educacionais, religiosas, e outras [...] podem ser influenciadas ou mesmo determinadas pelas relações de dependência. [...] Portanto, a dependência estrutural corresponde à manifestação concreta, no interior da sociedade subordinada, das relações políticas e econômicas de tipo imperialistas (IANNI, 1974, p. 172).

Segundo Fernandes (2020, p. 255) “a economia brasileira se relacionou com a expansão do capitalismo monopolista segundo a forma típica que ela assumiu com referência a parte mais pobre, dependente e subdesenvolvida da periferia”. Essa expansão leva em conta o fato de que desde suas origens, o Brasil, subordina-se aos interesses do capital internacional. Conforme Mazzeo (1988, p.29) o capital estrangeiro teve um papel preponderante nas atividades econômicas brasileiras e, por consequência, exerceu poderosa, predominância na débil burguesia que por aqui se formou.

Retomamos então a emergência do Serviço Social como profissão descrita em Netto (2011, p. 74) “enquanto profissão, o Serviço Social é indissociável da ordem monopólica - ele cria e funda a profissionalidade do Serviço Social”, no contexto do capitalismo monopolista essa atuação profissional encontra-se direcionada a uma polarização de interesses de classes sendo que a classe dominante tende a deter uma maior condição de atender as suas necessidades e o profissional

“Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.81).

É considerando este contexto que lamamoto (2015, p. 27) comenta que “o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho”, e que Yasbek *apud* Guerra (2018, p. 50) ratifica com sendo “a questão social [...] “matéria-prima” e justificativa da constituição do espaço profissional do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e como área de construção do conhecimento”.

De acordo com lamamoto, para compreendermos as expressões da questão social hoje, se faz necessário

Decifrar as novas mediações pro meio das quais se expressa a “questão social” hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – e para projetar formas de resistências e de defesa da vida e dos direitos, que apontam para novas formas de sociabilidade (IAMAMOTO, 2014, p. 619).

As diretrizes curriculares apontam a “questão social” como base de fundação sócio-histórica da profissão. Deste modo, podemos compreender a existência da vinculação entre o Serviço Social e a “questão social”, e que tal fato não ocorreu por coincidência, e sim, como resultado de uma relação histórica. Ao abordar a formação social brasileira, visualizamos o momento em que a “questão social” ganha materialidade dentro do processo capitalista de produção, lançando as bases para o surgimento da profissão.

3. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS CONTEMPORÂNEAS

A crise econômica e a explosão do novo coronavírus enquanto pandemia têm gerado impactos e consequências profundas para a humanidade que dependem do seu trabalho para sobreviver. Além dos altíssimos índices globais de mortalidade, ampliam-se concomitantemente o empobrecimento e a miserabilidade da classe

trabalhadora. No Brasil, vivenciamos desde sempre formas intensas de exploração do trabalho e de precarização ilimitada, as consequências são ainda mais perversas do ponto de vista social.

A sociedade contemporânea no decurso das últimas décadas vem enfrentando profundas transformações, com a crise que se apresenta e as respostas dadas por ela (neoliberalismo e reestruturação produtiva) presenciamos o que Antunes (2009, p.17) trata como “profundas mutações no interior do mundo do trabalho”, das quais o autor destaca “o desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas [...], degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza [...]”. Essas alterações que afetam a totalidade dos seres sociais se tornam cada vez mais complexas pelo fato de afetarem o sistema de mediações, onde as mediações de primeira ordem serão agora determinadas pelas mediações de segunda ordem.

Neste cenário de crise estrutural do capital que afeta a dinâmica de reprodução da vida social, Mészáros (2011), situa que “o capital é em si absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação total da humanidade”. Essa incontornabilidade do capital e sua busca por constante expansão acarreta em mudanças na esfera do trabalho. Para compreender esta crise que nos preocupa se faz necessário entender que a crise estrutural apresenta características e que manifestam-se em quatro aspectos: sendo pois de caráter - universal (que não afeta apenas determinada esfera), de escopo - global (não se restringido a determinado país ou região), numa escala de tempo contínua - permanente (não sendo limitada ou cíclica como crises anteriores) e ocorre de modo – gradual (de modo que uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social, em todas suas relações) dessa forma tais elementos reforçam essa natureza de crise que a torna mais complexa e prolongada.

Conforme Carcanholo (2010, p. 1) “é de natureza do capitalismo funcionar em ciclos [...]”, ou seja, a crise é fator constitutivo do modo de produção capitalista, e Netto (2012, p. 415) pontua que “não existe capitalismo sem crise”. A partir do século XX, o capitalismo em sua fase monopolista expande-se pelo mundo, conseqüentemente o projeto da modernidade consolida-se de duas formas: a partir

do modelo Fordista de produção e da experiência do socialismo “real” Soviético. Conforme apontamos, os dois projetos da modernidade; o pensamento formal-abstrato e pensamento crítico-dialético, começam a implementar suas ideias e como elas poderiam ser postas em prática na gestão de uma sociedade.

De acordo com Harvey (1998) a constituição de um novo padrão de acumulação flexível se caracteriza pela intensificação da precarização do trabalho, bem como pela proliferação do desemprego estrutural. Posto isto, é relevante considerar que essas condições históricas vão ter incidência nas relações entre o Estado e a sociedade.

O Fordismo desenvolve-se a partir da aliança com o Keynesianismo, formando assim o que chamamos de “Estado de bem-estar-social”, sendo este o ápice do projeto da modernidade no que se refere à burguesia e a consolidação do socialismo real, que acontecia em paralelo na União Soviética. No entanto, essas duas experiências da modernidade no século XX, fracassaram, em decorrência da crise do sistema capitalista da década de 1970, onde Antunes (2009, p.33) aponta que “a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo”.

A crise econômica de 1970, fez com que fosse necessário mudar a forma de produção do sistema capitalista, o modelo fordista de produção em massa para consumo em massa, já não era mais funcional, adotou-se então o Toyotismo, modelo este mais flexível de produção. Com a mudança do modelo Fordista-Keynesiano, para o Toyotismo emerge a chamada corrente do pensamento pós-moderno, a flexibilização da produção, perpassa outros campos da vida social, das relações sociais. Harvey (1998) coloca que “a transformação da estrutura do mercado de trabalho tem como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial”. Conforme Antunes (2009, p. 42) “o ciclo de expansão e vigência do Welfare State, [...], deu sinais de crise”.

Ceolin (2014) aponta que as modificações que se efetivam na esfera produtiva, incidem diretamente no trabalho e nas políticas sociais, com isso as manifestações da precarização no objeto e nas condições de trabalho dos assistentes sociais, são expressões da precariedade do trabalho característico do padrão de acumulação em

tempos de crise estrutural do capital.

Crises de superprodução renovam a produção da miséria, pelo desemprego, pela destruição de bens de uso que não se converteram em mercadorias. A concorrência desenfreada entre capitais exacerba a tendência à redução dos lucros; a introdução de tecnologias tenta freá-la, através de massas ainda maiores de mercadorias produzidas com menor número proporcional de trabalhadores. O desemprego é crescentemente constitutivo dessa dinâmica social e vem sendo convertido em forma de exploração do trabalho sem a mediação contratual, sem direitos, sem limites de jornada de trabalho (FONTES, 2017).

Conforme aponta Antunes (2020), a pandemia ocorre em uma conjuntura em que já tínhamos um quadro cumulativo e alarmante de informalidade, desemprego e desproteção laboral no mercado de trabalho brasileiro, agravado no contexto do “capitalismo pandêmico” ou “capitalismo tóxico e virótico”³, uma vez que combina crescentes níveis de exploração e degradação humanas à destruição sistemática do meio ambiente.

As autoras Castilho e Lemos (2021) apontam que vivemos no Brasil uma forte recessão econômica e um contexto muito peculiar de pandemia do novo coronavírus, que expressa, na verdade, a profunda desigualdade social existente no mundo, e mais especificamente, no Brasil. Esta realidade, em sua maior potência, indica que apesar da contaminação parecer atacar a todos/as, de fato, nada têm de democrática, na medida em que, é a classe trabalhadora que vivencia as piores condições de vida, trabalho, moradia, alimentação, saneamento, acesso à saúde e negação de outros direitos sociais. Esta, portanto, tem menores condições de resistir, seja do ponto de vista de sua imunidade biológica ou de sua imunidade social. Numa conta matemática simples, os donos do poder, mais uma vez decidem quem vive e quem morre, como seres descartáveis.

Sobre a crise gerada pela pandemia de COVID-19, observa-se que esta,

demonstrou nitidamente a necessidade de um Estado interventivo tanto na defesa das condições de existência da classe trabalhadora, como na própria regulamentação da economia, o que evidencia que as políticas defendidas pelo modelo neoliberal não oferecem respostas à realidade social, econômica e política desse momento histórico, como já não o demonstrava à classe trabalhadora, desde sua implementação no Brasil no início da década de 1990 (NEGRI, SANTOS E KRÜGER, 2020).

3 Tais termos aqui tratados são utilizados pelo autor Ricardo Antunes para caracterizar o novo sociometabolismo que tem o capital, para aprofundamento em tais termos sugerimos a leitura do livro “Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado” (2020).

O Estado brasileiro, cada vez mais subordinado aos interesses do grande capital criou um amplo programa de privatização da coisa pública e de mercantilização das políticas sociais, através do incentivo à oferta de serviços por meio da iniciativa privada, iniciada nos anos 90 e onde teve sua continuidade nas décadas posteriores. Diante dessa complexidade, agravada pelo coronavírus, o Serviço Social tem sido convocado para atuar, junto com os/as demais trabalhadores/as da saúde, na linha de frente no enfrentamento da COVID-19.

Em meio a condições de trabalho precário e, muitas vezes, como trabalhador/a precarizado/a, com vínculos temporários, assistentes sociais em todo o país tiveram que lidar, inclusive, com demandas não condizentes com suas atribuições profissionais. Todavia, contraditoriamente, exercitaram sua relativa autonomia profissional com capacidade propositiva, a partir dos fundamentos do projeto ético-político profissional, na resistência em defesa da vida e dos direitos de todos/as (CORREIA, SANTOS, SOARES, 2021).

Nesse cenário onde o Estado é pressionado a intervir, compreendemos as/os assistentes sociais que encontram-se inseridos em maior quantitativo na esfera pública, – por ser o Estado o seu maior empregador, revelando assim a importância da profissão do Serviço Social e sua relevância social – dentro do atual contexto de desmonte das políticas públicas, cabendo a profissão utilizar-se da sua instrumentalidade afim de mitigar as desigualdades inerentes ao modelo político neoliberal, já que a categoria profissional das/dos Assistentes Sociais encontram-se inseridos nos diversos espaços sócio ocupacionais, por esse motivo conhecem e possuem proximidade com as necessidades sociais expressas nas mais diversas formas expressivas da “questão social”.

As/os Assistentes Sociais enquanto parte da classe trabalhadora, também encontram-se na mira dos impactos dessa nova crise, e para que o capitalismo saia de mais esta crise estrutural, de acordo com Carcanholo (2011, p. 83) é necessário o “aumento do desemprego e da taxa de exploração do trabalho, com resultados óbvios para os trabalhadores, [...] redução da parcela dos gastos estatais com políticas sociais e por uma forte pressão por ajuste fiscal e reforma tributária[...]”, a

saída da crise é jogada nas costas da classe trabalhadora, que vivencia em parte, inerte, a brutal retirada dos seus direitos.

4. OS REBATIMENTOS DO NEOLIBERALISMO NA REALIDADE BRASILEIRA

As transformações profundas no mundo do capital desencadeadas a partir da crise dos anos 1970 resultam no processo de contrarreforma que Behring (2008, p. 281) situa em sua análise, de modo que “esteve em curso no Brasil dos anos 1990 uma contrarreforma do Estado e não uma “reforma” [...] uma contrarreforma que se compõe de um conjunto de mudanças estruturais regressivas” e que incidem diretamente sobre a população brasileira e no conjunto dos trabalhadores. Consequentemente sua extensão a todas as políticas públicas agudizam ainda mais as expressões da “questão social”.

Neste cenário de mudanças desencadeadas pela crise do capital, situa-se o neoliberalismo, que com seu receituário acirrou ainda mais as desigualdades sociais e econômicas em todo o globo. Conforme Dardot e Laval

O neoliberalismo repousa sobre a dupla constatação de que o capitalismo inaugurou um período de revolução permanente na ordem econômica, mas que os homens não se adaptaram espontaneamente a essa ordem de mercado cambiante, porque se formaram num mundo diferente (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 86).

De acordo com Silva, Almeida e Andrade (2017, p. 60) “a década de 1990 registrou a ascensão da agenda neoliberal no Brasil e os governos pós-constituição, até os dias atuais, empreendem duras ofensivas contrarreformistas”, implicando em diversas barreiras para as conquistas da classe trabalhadora. Neste mesmo período as políticas sociais, são amplamente atacadas pelo amplo processo de contrarreforma a partir do receituário neoliberal adotado no Governo Collor - Itamar Franco. Como exemplo, pode-se apontar a contrarreforma das universidades brasileiras num ajuste ideal aos moldes do sistema capitalista, orientado pelos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial), onde o neoliberalismo apregoa a subordinação dos “direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias” (IAMAMOTO 2015, p. 149), com rebatimentos negativos na formação profissional do/a assistente social.

Importante demarcar a continuidade do neoliberalismo durante os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), não obstante a novas mediações e expressões, certamente se pode observar a continuidade e intensificação da política fiscal e monetária adotada anteriormente por Fernando Henrique Cardoso (FHC) em seu governo, num fiel cumprimento do receituário neoliberal. Destaca-se durante o período do governo Lula, o enfrentamento a pobreza extrema, sem alteração da acumulação do capital e da gigante desigualdade social.

Todo esse contexto neoliberal de desmonte do Estado e sucateamento das políticas sociais tende a se aprofundar nos governos que se seguem, a saber: Dilma Rousseff (2011-2016), que de acordo com Silva *et al* (2020, p. 711) “entre 2011 e 2012, a Presidente teria “cutucado onças com varas curtas”, desagradando a oligarquia financeira. A queda de sua popularidade pode também ser associada “a sua adesão ao programa de enrijecimento do ajuste fiscal, no final de 2014”.

Dilma Rousseff, enfraquecida pelos reflexos tardios da crise de 2008 e pelas disputas internas de poder da burguesia no Brasil, tem seu mandato interrompido a partir de um golpe parlamentar-midiático, que de acordo com Borges e Matos (2020, p. 73) “permitiu a ascensão de Temer ao poder, abriu a trilha para a aceleração da concepção neoliberal nas políticas sociais e na condução do Estado, [...] com congelamentos de recursos e inversão de prioridades”. Neste contexto de golpe, o Governo Michel Temer (2016-2018) tinha a missão de aprofundar o ajuste fiscal e a destruição dos direitos sociais, missão esta anunciada antes mesmo da concretização do golpe, com a apresentação do programa “Uma Ponte para o Futuro”, esta ponte possibilitou o fim de um governo neodesenvolvimentista com pressa e tendo em vista pôr em prática um governo de ofensiva ultraneoliberal.

O golpe de Estado no Brasil, portanto, não é contra a corrupção, como se faz manifestar nos discursos presentes na sua defesa; na verdade, ele nada mais é do que a retomada do poder político de uma burguesia local, dependente, associada ao capital estrangeiro, agora financeiro, que busca desesperadamente recuperar suas margens de lucro e garantir os privilégios historicamente concedidos a uma classe em detrimento de outra (LIRA, 2018, p. 919).

Não obstante tão grande afronta à democracia se gesta nesse período: a construção de um projeto político de direita que unia o que de mais conservador e reacionário existente e enraizado na sociedade brasileira, culminando na eleição do

atual presidente Jair Bolsonaro. Demier (2020) sinaliza que, do ponto de vista histórico, “a burguesia brasileira parece só se realizar efetivamente sob Bolsonaro. O seu governo é o produto da união entre uma burguesia golpista com medo das urnas e um neofascista com excelentes chances nelas”. O Governo Bolsonaro (2019-2022) em pouco tempo mostrou a que veio, consolidando no plano econômico o “ultraneoliberalismo”, bem como numa frenética perseguição as diversas políticas sociais, onde visualizamos:

[...] Na saúde, o sucateamento do SUS, com recursos e incentivos direcionados à iniciativa privada. Na Assistência Social, recrudescimento dos critérios de acesso ao Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e mais os estragos na Previdência Social, com novas regras para os cálculos atuariais para aposentadorias e acesso aos benefícios, como pensões (BORGES e MATOS, 2020, p. 74).

A crise sanitária decorrente do novo coronavírus SARS-CoV-2, conforme Leite (2020, p.1) “é capaz de evidenciar os limites impostos pelas políticas neoliberais vigentes há mais de 40 anos, expressando as profundas desigualdades e fragilidades das sociedades capitalistas”. Durante a pandemia, a crise do capital ampliou as desigualdades estruturantes da sociedade brasileira e conforme Amaral (2021, p. 65) “mesmo com a crise, as empresas capitalistas encontraram formas e estratégias para extrair mais-valia do seus/uas trabalhadores/as”. Neste contexto pandêmico, presenciamos a consolidação de um mercado de trabalho baseado no uso das plataformas digitais, internet, etc. Desta maneira, cada vez mais, se faz necessário à existência de uma classe trabalhadora disponível a aceitar o que conforme Amaral (2021) se configura como um “mercado de trabalho dos novos tempos: instável, informal, flexível, sem proteção social”. Todo esse contexto favorece um enfraquecimento da classe trabalhadora, que passa cada vez mais a tratar-se com inimigos, não criando uma consciência de classe, ficando reféns do sistema do capital. Porém, é também nesta mesma seara que surgem sinais de resistências, aos quais esperamos dias melhores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tais considerações, concluímos que as modificações que se efetivam na esfera produtiva incidem diretamente no trabalho e nas políticas sociais,

manifestando-se nas condições de trabalho característico do modo de acumulação capitalista, que somados ao contexto de pandemia e as medidas do atual governo ultraneoliberal brasileiro, intensifica ainda mais o desmonte das políticas públicas e pressionam os profissionais do serviço social a utilizarem de sua instrumentalidade para mitigar seus efeitos colaterais no enfrentamento as expressões da “questão social”.

O aprofundamento da precarização do mundo do trabalho brasileiro é potencializado com retomada da direita ao poder após o golpe de 2016, a reforma trabalhista retrata bem esse desmonte. Lira (2018) aponta que a crise capitalista associada aos impactos das transformações do mundo do trabalho e da financeirização da economia num quadro de uma economia periférica-dependente que tem como base a superexploração do trabalho, apresentam os resultados desastrosos que se fazem sentir e que se refletem em todas as esferas da vida social, não só na economia, mas também na cultura, com o avanço do conservadorismo, e sobretudo na política, como é o caso do Brasil, com a direita retomando o poder, via golpe de Estado

Diante das reflexões já realizadas, é necessário apontarmos ainda que brevemente, para os desafios postos ao Serviço Social frente a atual conjuntura histórica, tanto à formação profissional quanto ao exercício no cotidiano das instituições. Importante destacar que o Assistente Social, enquanto na condição de trabalhador assalariado também sofre os impactos das medidas neoliberais, seja na sua forma de contratação flexibilizada ocorrendo frequentemente por meio de contrato/projeto/assessoria tanto em instituições públicas quanto privadas, e essa realidade fica ainda mais evidenciada na atual conjuntura pandêmica.

Além disso, vivencia-se a precarização do investimento nas políticas sociais, impactando na realidade cotidiana dos usuários, dos serviços e benefícios. Por conta do aumento da pobreza, da institucionalização de novas questões contemporâneas e das formas de intervenção do Estado na questão social, ocorre a ampliação dos espaços sócio ocupacionais do Assistente Social, mesmo com vínculos empregatícios ainda que fragilizados.

Entendemos também que diante do contexto de crise do capital faz-se

necessário compreender como as/os Assistentes Sociais enquanto parte da classe trabalhadora, também se encontram na mira dos impactos dessa nova crise. Mais do que nunca, podemos reafirmar a existência da vinculação entre o Serviço Social e a “questão social”. A ordem do capital constantemente impõe e repõe novos desafios ao enfrentamento das expressões da “questão social”, que encontram no cenário atual um forte desmonte.

Por fim, destacamos aqui que, este trabalho/análise não é suficiente por si só de apresentar todos os elementos que perpassam a vinculação entre Serviço Social e “questão social” no contexto de crise estrutural do capital, sendo necessárias novas incursões já que o chão histórico tem apresentado transformações rápidas que interferem diretamente no mundo do trabalho e na reprodução social da classe trabalhadora.

5. REFERÊNCIAS

AMARAL, A. S. do. **As sociabilidades necessárias ao capital: o trabalho em migalhas no contexto da pandemia da Covid-19.** In: Revista em Pauta. V. 19 N. 48. p. 57-69. Rio de Janeiro: UERJ/FSS. 2º. Sem. 2021.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2ª ed., 10ª reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

_____. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Boitempo, 2020.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

_____. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006.

BORGES, M. E. S; MATOS, M. C de. **As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade.** In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

CARCANHOLO, M. D. **Dialética do desenvolvimento periférico**: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. In Revista de Economia Contemporânea, v. 12, p. 247-272, 2008.

_____. **Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo**: lógica, contradições e possibilidades. Crítica e sociedade: revista de cultura política, V. I, n. 3, Ed. Especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez, p. 73 a 84, 2011.

_____. **Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora**. In: Aurora, Revista PGPGS, Marília, V. 3, n. 2, p. 01 a 10, 2010.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luiza de Souza. Necropolítica e governo Bolsonaro: repercussão na seguridade social Brasileira. Revista Katalysis. Florianópolis, V24, n.2, p. 269-279, maio/ago.2021 ISSN 1982025

CORREIA, Maria Valeria. SANTOS, Viviane Medeiros dos. SOARES, Raquel Cavalcante. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 118-133, jan. /abr. 2021

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, F. **Burguesia e pandemia: notas de conjuntura sobre neofascismo e ultraneoliberalismo no Brasil de Bolsonaro**. In BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FONTES, V. **Capitalismo, crises e conjuntura**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017.

GUERRA, Yolanda org; et al. **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas, Papel Social, 2018.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez,

2014.

IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. In: Revista Serviço Social e Sociedade Nº 120. São Paulo: Cortez, out/dez, p. 609-639, 2014.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, O. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1974.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Lira, T. S. V. **Crise, superexploração da força de Trabalho e golpe de Estado no Brasil**. Revista de Políticas Públicas, v. 22, n. 2, EDUFMA, 2018.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política - Livro 1. O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MAZZEO, A. C. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2011.

_____. **Crise do capital e consequências societárias**. Ser. Soc e Soc. São Paulo, n. 11, 2012. p. 413 a 429.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. Cortez, São Paulo, 2012.

SILVA, S. S de S.; ALMEIDA, L. M de; ANDRADE S. S. **Neoliberalismos e contrarreformas das políticas sociais no Brasil**. In: **Contrarreforma, intelectuais e serviço social**. SILVA, A.X.; NÓBREGA, M. B. DA; MATIAS, T.S.C. (orgs). Campina Grande: EDUEPB, 2017.

SILVA, S.S. de S.; SOUZA, M.A.S.L de; PEREIRA, J. N.; MAIOR, N. M. S. S. **A ofensiva ultraneoliberal e a destruição dos direitos do trabalho no Brasil** «pós-neodesenvolvimentista» (Capítulo 29). In CABREIRA, P. P. (Edição e Organização) & Varela, R. (Coordenação). **HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E CONFLITOS SOCIAIS EM PORTUGAL**: Atas do IV Congresso História do Trabalho, do Movimento Operário e dos Conflitos Sociais em Portugal e III Conferência do Observatório para as Condições de Trabalho e Vida. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2020. ISBN: 978-989-8956-20-0.

,